

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Cais Mauá no Município de Porto Alegre

---

## **006ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 08AGO2019**

**Pauta:** Debater sobre a situação do Cais Mauá no Município de Porto Alegre

**MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES:** (19h) Senhoras e senhores, boa noite. Na presença do Sr. Presidente desta Audiência Pública, Ver. André Carús, passamos à leitura do edital: “Audiência pública com o objetivo de debater sobre a situação do Cais Mauá, no Município de Porto Alegre. A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para Audiência Pública, a ocorrer no dia 08 de agosto de 2019, às 19 horas, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizado na Avenida Loureiro da Silva nº 255, nesta Capital, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 18 de julho de 2019. Vereadora Mônica Leal, Presidente”. Convidamos para compor a mesa desta Audiência Pública: o Sr. Carlos Eduardo Garcia, representante da Superintendência dos Portos do Rio Grande do Sul; a Sra. Sofia Cavedon, deputada estadual; o Sr. Sebastião Melo, deputado estadual; e o Sr. Emílio Merino, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Com a palavra o Sr. Presidente desta Audiência Pública, Ver. André Carús.

**PRESIDENTE ANDRÉ CARÚS (MDB):** Boa noite a todos. Eu queria cumprimentar os integrantes da Mesa, os deputados ex-Presidentes desta Casa – Deputada Sofia Cavedon, Deputado Sebastião Melo –, também o engenheiro Carlos Eduardo Garcia, que representa a Superintendência dos Portos do Rio Grande do Sul, e o Sr. Emílio Merino, que é o representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Eu queria fazer um convite à plateia: fiquem muito à vontade caso queiram ocupar as cadeiras mais próximas da Mesa dos trabalhos, temos lugares, e também aqui dentro do plenário, estão convidados.

Eu declaro abertos os trabalhos desta audiência pública que tem por objetivo discutir a situação em que se encontra o processo de revitalização do Cais Mauá em Porto Alegre. Desde logo, quero informá-los que nós temos, junto à Diretoria Legislativa, com o Sandro, até dez inscrições para se manifestarem por cinco minutos, inscrições abertas à

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Cais Mauá no Município de Porto Alegre

---

comunidade que nós vamos alternar com manifestações aqui da Mesa. Aqueles que têm o interesse da fala por favor façam a sua inscrição.

Nós tivemos um fato novo, que foi a motivação principal para o requerimento de realização desta audiência pública: a decisão tomada pelo governo do Estado de rescisão contratual com o consórcio até então responsável pela execução das obras de revitalização do Cais Mauá. Anterior a isso, já existiam algumas iniciativas naquilo que compete ao Município de Porto Alegre de licenças urbanísticas e ambientais já emitidas, inclusive para que os empreendimentos pudessem ter início, e, de outra parte, no âmbito do governo estadual, grupos de trabalho entre outras atitudes. De fato, nós participamos de muitos anúncios ali na área do Cais Mauá e vimos poucas intervenções concretas no foco da revitalização, respeitando até mesmo os contratos que foram estabelecidos para isso. Mais recentemente, agora no mês de julho, tomamos conhecimento também de que houve um ajuizamento perante a justiça federal de uma ação pelo consórcio que teve seu contrato rescindido e que, inclusive, até há poucos dias, havia confirmado presença na audiência, entretanto, ontem, nos comunicou formalmente, via *e-mail*, que vai aguardar a manifestação da justiça federal, a conclusão desse processo, para voltar a participar de fóruns como este que nós estamos realizando hoje. Em resumo, nós queremos atualizar a discussão sobre a revitalização do Cais Mauá.

Temos aqui a representação do engenheiro Carlos Eduardo Garcia, a quem vou passar a palavra de imediato. Questiono se V. Sa. vem como representante do governo do Estado?

**SR. CARLOS EDUARDO GARCIA:** Boa noite a todos. Eu represento aqui o superintendente dos Portos do Rio Grande do Sul, da administração indireta. Em que pese, nós, da Superintendência dos Portos, sermos os responsáveis pela gestão do contrato de revitalização, não estamos falando aqui em nome do Estado do Rio Grande do Sul. Na verdade, eu tenho algumas informações que já constam dos autos que eu posso passar e que são de caráter do governo, mas não falo em nome do governo.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Cais Mauá no Município de Porto Alegre

---

**PRESIDENTE ANDRÉ CARÚS (MDB):** Perfeito. Então, de igual forma, nós vamos iniciar pelo senhor, para que nos atualize a respeito do tema em face dos fatos novos aqui mencionados.

De imediato, quero também fazer uma crítica ao governo do Estado, porque não nos informou formalmente o convite enviado por esta Casa, pela Mesa Diretora, pela presidência, para audiência pública. Então a representação política do governo do Estado abdicou de fazer a discussão com o Município de Porto Alegre neste momento. Agradeço muito, porque a sua presença vai nos auxiliar, e muito, para elucidação dos fatos aqui e tenho certeza que vamos tirar encaminhamentos importantes. Porque até então, desde de que houve uma modificação na gestão deste contrato, e nós vimos que, com relação aos últimos anúncios feitos, nenhuma intervenção houve, Porto Alegre tem que ser apropriar desse tema e, para além das opiniões técnicas, também precisamos fazer com que as pessoas que serão futuras usuárias daquele local, totalmente revitalizado, participem efetivamente dessa discussão.

O Sr. Carlos Eduardo Garcia, representando a Superintendência dos Portos do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

**SR. CARLOS EDUARDO GARCIA:** Eu fiz durante a tarde de hoje uma percorrida nos apontamentos de processos. A partir das obtenções, pela empresa Cais Mauá, das licenças de remediação ambiental e ataque das reformas e implantações do empreendimento nas séries A e B dos armazéns do Cais Mauá, eles permaneceram o ano de 2018 inteiro sem ações concretas de prestação dos seus compromissos contratuais. Por dever de ofício não teria como ser diferente, o Estado do Rio Grande do Sul, através não só da Superintendência, posto que o assunto atinge uma envergadura muito grande, reuniu-se com os procuradores do Estado e foram elencados sete itens de inadimplência no contrato. Vou citá-los: inadimplência de pagamentos contratuais, inexecução de cronograma de implantação, perda das habilitações financeiras, perda de prazo para renovação de licença de mitigações ambientais de pequenos problemas, retardo da obtenção das licenças dos demais territórios, posto que a área a ser revitalizada não compreende apenas a série A e B dos armazéns – cito o exemplo da área do Gasômetro, hoje objeto do projeto

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

Embarcadero. Havia também, no caso do Rio Grande do Sul, necessidade de a arrendatária executar contrapartidas, pela demolição de alguns prédios operacionais, com a colocação de novos prédios na área portuária; esse assunto ficou extremamente paralisado ao longo dos dois últimos anos. O sétimo é apenas um sintoma de que a perda de habilitação da Cais Mauá era de um fato concreto. Eles não conseguiam, sequer, fazer a zeladoria da área. O que começou a acontecer? Ao longo do tempo, os prédios começaram a sofrer deterioração normal, mas, quando a gente para de fazer manutenção de portas janelas e telhados, a figura pode ficar sobremaneira assustadora, com o passar do tempo. Essas são as sete inadimplências. Depois, houve as notificações.

Houve os pareceres internos de governo que examinaram todos os documentos anotados pelo gestor de contrato, e se chegou a um termo de rescisão que, pela forma como ele foi editado, no dia 30 de maio de 2019, recebeu a edição no Diário Oficial, com caráter jurídico normativo, com efeitos cogentes à administração pública. É praticamente uma lei. Foi exarada uma lei de rescisão contratual pelo Governo do Estado. O termo de rescisão foi, em primeiro lugar, arguido administrativamente, com recurso da Cais Mauá. Esse termo de rescisão foi examinado pela Procuradoria-Geral do Estado, e foi indeferido. Não satisfeitos com esse indeferimento, dentro de todo o espaço dos seus direitos de parte contratual, a empresa Cais Mauá levou o contrato e a rescisão a juízo.

Essa é a figura que temos agora, com a ausência do representante da Cais Mauá, que, enquanto não houver a manifestação judicial, prefere não se manifestar e não executar mais nenhum ato administrativo referente a esse contrato.

Era o que eu tinha a expor em breve espaço de tempo, se houver necessidade de algum esclarecimento desses pormenores, estamos à disposição.

**PRESIDENTE ANDRÉ CARÚS (MDB):** Obrigado, engenheiro Carlos Eduardo Garcia. Dentro da dinâmica que nós definimos aqui, vamos alternar, então, as manifestações da Mesa com as manifestações do público. Nós temos aqui quatro inscrições, vamos começar, então, pelo primeiro inscrito, o Sr. Francisco Marshall, que representa a Amacais.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

**SR. FRANCISCO MARSHALL:** Boa noite a todos, Ver. André Carús, em seu nome cumprimento a Mesa muito ilustre. Destaco a iniciativa de alta qualidade, com a ressalva de que a Amacais deveria compor essa Mesa pela sua representatividade, porque sabemos o que fazer com cinco minutos. Com cinco minutos a menos em nosso mérito, vou ser telegráfico, sublinhando dois tópicos. O primeiro deles: democracia. Trata-se do espaço público de alta relevância para a cidade, estratégico do ponto de vista cultural, histórico, econômico, político. Portanto, não é área a ser negligenciada, mas estamos diante de um fato catastrófico, a cidade perdeu nove anos na expectativa que todos têm de usufruir daquela área. Isso ocorreu com grave negligência de autoridades. Então, é preciso, hoje, aprender diante desse erro, porque, se vamos seguir o modelo virtuoso, em muitos sentidos, da parceria público-privada – PPP, é para que o poder público seja exercido como poder público e não como favorecedor de ações escusas ou camuflador da incompetência do empreendedor privado, como verificado neste caso, uma vez que os sete itens que o ilustre engenheiro Carlos Garcia acaba de identificar, que são resultados de um GT que o governo do Estado formou, que herdou estudos já do governo Sartori, Ver. Carús, fatos que já eram conhecidos da sociedade civil, eles estão denunciados há muito tempo. Por que perdemos tanto tempo com essa negligência? A cidade perdeu esse tempo, mais do que isso, a potência que o Cais possui foi também suprimida com essas ações que, em primeiro lugar, desconfiguraram o projeto nos seus elementos arquitetônicos atrativos. Havia passagem em nível da praça Brigadeiro Sampaio, muito atraente arquitetonicamente, cascata ornamental sobre o muro, suprimidos do projeto em favor, em primeiro lugar, de uma passarela; em segundo lugar, arquivada a passarela, uma faixa de pedestres. Um sintoma inicial do que se verificou ao longo desse processo: o consórcio não possuía e não possui condições nem técnicas nem financeiras de realizar a obra. Não se cacifou nos modos previstos no edital que ganhou. Ora, do que vive a democracia senão de concorrência pública regida por contratos para todos os seus processos? Houve um edital viciado, porque o vencedor participou da elaboração dos critérios do edital. Isso é vergonhoso, e se revelou no ato seguinte, quando o vencedor do edital não satisfez uma exigência que ele mesmo, quando formulou os critérios, impôs: uma carta de crédito no valor de R\$ 400 milhões. Trata-se de área pública, é preciso que o empreendedor garanta

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

a sua consistência para dar início à mudança de uma área pública dessa envergadura. O Procurador de Contas do TCU, Geraldo da Camino, está muito ciente desse fato grave, seria um bom interlocutor para agora monitorarmos os cacoetes desse processo e evitar que se reproduzam. O consórcio não se qualificou para realizar há muito tempo, e esse fato foi acobertado por autoridades do Executivo e do Legislativo Municipal, bem como por omissão judicial. Isso diz respeito a um fato muito central da democracia. Claro, vivemos uma era muito triste de degradação institucional, de liquefação da República que deixa todos preocupados, mas não vamos abrir mão da sua luta. É preciso que a esfera pública atue como esfera pública. Esse é o ponto inicial, diz respeito à democracia e à gestão do projeto, e é preciso que agora se atente para o rigor formal na condução do projeto. Saúdo o governo do Estado, a Superintendência dos Portos aqui representada é veículo desse processo, com dignidade, e pode, sem dúvida, cooperar com um encaminhamento virtuoso dessa realização agora.

Segundo ponto: os potenciais do projeto. Desde que se abriu a orla Moacyr Scliar, reproduzem-se nesse segmento da orla do lago Guaíba o que já se via no Parque Marinha, em outras regiões da Cidade: há uma demanda imensa de fruição do espaço público, o povo se acotovela querendo disputar dessa área. É essa demanda de fruição, de convívio, de desenvolvimento cultural que deve ser realizada no cais. A sociedade civil, atenta a isso, desdenhada pelos empreendedores e pelas autoridades, apontou, desde cedo, os elementos do projeto que conflitam, que negam esse uso do espaço público, o principal deles é a intenção – muitas vezes negada pelo consórcio, mas está no projeto – de colocar numa área, com potencial de parque, um ambiente cafona, fechado e ridículo de um *shopping center*. Imaginem colocar um *shopping center* dentro do Parque Marinha do Brasil, que ideia imprópria. O que propugna a Amacais, o que a sociedade civil, nos seus vários movimentos, deseja? Que seja, efetivamente, realizada ali a dimensão pública daquele projeto.

Agora entramos no ponto grave do que está se configurando na cena atual. Engenheiro Carlos Garcia, isso é muito importante. A proposta do Cais Embarcadero, embora satisfaça o anseio de convívio social naquela área, incide em um erro estratégico inaceitável. Ali está o maior patrimônio histórico de Porto Alegre, patrimônio histórico nacional, que são os

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

armazéns tombados do Cais do Porto, que, além de tudo, guardam um potencial para acomodar ali economia criativa. Todo um conjunto de empreendimentos muito pródigos, muito favoráveis para o desenvolvimento daquela área e que o consórcio nunca soube favorecer nem desenvolver, mas é preciso restaurar esses armazéns, e agora o custo não é mais os R\$ 48 milhões inicialmente orçados, porque a degradação foi muito séria. Abrir o Embarcadero, dando ali uma concessão, sem o compromisso de restauro dos armazéns, condição inicialmente prevista no edital da revitalização do cais, significa desdenhar e praticamente abandonar a possibilidade de comprometer o restauro dos armazéns, que é a parte nobre que pode acomodar uma quantidade imensa de serviços, gerando empregos, turismo, educação, convívio, tudo de virtuoso que esse cais pode abrigar. Portanto, esse projeto Embarcadero, além de *fumus malus*, toda uma aparência de ilegalidade, posto que sem concorrência, ele nega a estratégia fundamental que a cidade deseja de ali realizar um parque, sim, com o restauro e o retorno da área patrimonial do cais para o convívio social. Muito obrigado.

**PRESIDENTE ANDRÉ CARÚS (MDB):** Muito obrigado. A Sra. Sofia Cavedon, deputada estadual, está com a palavra.

**SRA. SOFIA CAVEDON:** Obrigada, Carús, o parabenizo por chamar esse tema; cumprimento o Sebastião Melo, parceiro das lutas de Porto Alegre, e os demais representantes. Quero iniciar fazendo a minha homenagem à Amacais e à luta que vocês empreenderam por todos esses anos. Pode parecer demagogia, mas não é, porque os esforços hercúleos, para chamar atenção de todos esses temas agora elencados, eu sou testemunha deles, os senhores são; piqueniques, acampamento, marginalização, a caracterização de caranguejos, de atrasados, as audiências públicas lotadas lá no União, todos os esforços para arrancar audiências, os inúmeros relatórios, a rigorosidade dos estudos – Silvio, Jaqueline, queria parabenizá-los –, muitos estudos, muitas análises entregues ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas. Eu citei vocês dois, mas tenho que citar, Marshall, o conjunto de voluntários sociais que se dedicaram, nesses anos, a denunciar que havia uma distorção ali, que havia um abandono, uma degradação, uma

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

usurpação de um espaço público que foi vedado à cidade e que não havia contrapartida, não havia cumprimento contratual. É preciso fazer essa homenagem, e no limite da tolerância que os governos municipal e estadual fizeram em relação ao consórcio Cais Mauá, no limite insuportável e insuperável, o governador Eduardo Leite, então, rompe esse contrato.

Na minha opinião, está zerado, e começo chamando a atenção para o seguinte: a lei do regime urbanístico. Não me lembro, Carús, se tu já estavas aqui quando votamos a lei, foi no ano de 2010 – estavas no Executivo. Essa lei já tinha uma cláusula, um artigo que dizia que, se não fosse em dois anos, o regime urbanístico caducaria e, portanto, nova lei teria que ser enviada inclusive isso estava expresso – se eu não me engano, era numa emenda de autoria do então Ver. Dib. Houve um espremeção, um esforço de compreensão de que já tinham apresentado projetos, mas não tinham, perderam todos esses prazos.

Na minha opinião, para uma nova ocupação, tem que haver uma nova lei, e eu espero que com debate com a sociedade e, dessa vez, com respeito à vontade majoritária da população, em especial ao que o Marshall já disse, à vocação desse lugar, porque *shopping* dá para ter em qualquer lugar da cidade, edifício, em qualquer lugar da cidade. É impensável reduzir, retirar, subtrair a relação com a ambiência, com o Guaíba, com aquela linda paisagem, colocando uma construção lá. Essa era a primeira grande contradição e contrariedade da população nas audiências públicas, em todas as inúmeras manifestações. É possível buscar sustentabilidade de outra maneira, com a vocação cultural, com a economia criativa, com o lazer, com o esporte, com a fruição. O povo vai procurar, está aqui a prova, do lado esquerdo da Usina, o povo procura é o bem-estar de estar ao ar livre, de passear e de vivenciar essa ambiência maravilhosa. Então, se, de um lado, nós precisamos retomar do zero, e a gente quer, sim, um grande protagonismo popular para o destino daquele espaço; de outro, a nossa preocupação é que o Estado se coloque de maneira muito soberana e muito forte contra essas ações jurídicas que a cara de pau desse consórcio implementa e tenta reparação. Acho que o Estado, e aí eu quero fazer uma sugestão já – sugestão já dada pelos próprios membros da Amacais –, de que a gente possa fazer uma vistoria, em conjunto Câmara, Assembleia, convidar Ministério Público, Tribunal de Contas, para verificarmos a situação atual do Cais Mauá, daquela área toda;

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

que a gente possa fazer coletivamente, para ajudar o Estado a se defender de um consórcio que ainda tenta, de maneira ilegal, angariar dividendos daquele lugar e do uso que não tem mais direito.

Portanto, proponho isso porque a degradação que está ocorrendo em todo aquele espaço, que nós denunciemos, uma a uma, pela militância, por fotografia de vocês, isso está acontecendo a olhos vistos, precisa de uma defesa e devem ocorrer ações de reparação, sim. A outra preocupação é com os fundos, Carús, que foram angariados em nome de um projeto, recursos de previdência de prefeituras, do IPE, que eles terão que dar conta e que não será com patrimônio público, não, que eles vão dar conta dessa dívida social que têm. A nossa presença aqui, o debate que o próprio Sebastião Melo propôs já na Assembleia, nós temos uma audiência já aprovada lá, é de que agora a cidade realmente seja ouvida e que aquele lugar ganhe o respeito e a valorização que dialoguem com a preservação ambiental, com direito à fruição da ambiência maravilhosa que o Guaíba oferece à cidade de Porto Alegre. Obrigada. (Palmas.)

**PRESIDENTE ANDRÉ CARÚS (MDB):** Obrigado, deputada Sofia. O senhor José Fonseca, que representa o coletivo *A Cidade que Queremos*, está com a palavra.

**SR. JOSÉ FONSECA:** Boa noite a todos, Presidente Carús, deputada, deputado. Bom, gente, há nove anos que nós estamos falando a mesma coisa: a negligência do poder público. Quando nós dizíamos, inclusive, qual era a qualificação daqueles que conformavam aquela iniciativa, para introduzir um processo de revitalização no Cais Mauá, dizemos: “Ninguém é contra a revitalização, só que nós temos concepções a ser discutidas”. É uma revitalização para entregar o Cais para a população de Porto Alegre ou é uma revitalização que está num plano de negócios? Nesse plano de negócio começou a entrar umas figuras que o Google dizia quem eram, e nós fomos atrás. Eram pessoas de currículos de chorar, mas parece que o poder público não se deu a esse trabalho. Inclusive houve uns regabofes, umas festinhas comemorando que Prefeitura começou a liberar licença e tal. E nós dizíamos: como é que pode? Os espanhóis já deram no pé, já foram embora, tem uma empresa que tem 10% das ações que está envolvida na Lava Jato, tem

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

um sujeito que é o captador de recursos, que nomeou alguns capitães-do-mato lá no Norte. Eu digo no Norte, porque tenho amigos lá que foram atrás das informações. Ele foi atrás de recursos de regimes próprios de servidores e, até hoje, não se sabe por onde andam esses recursos, assim como não se sabe onde andam os guindastes do porto que desapareceram. Sabiam disso? Foram vendidos para ferro velho? Constam em balanços? Eu procurei nos balanços, em todos, mas não aparece. Como são locatários, acho até que os ingressos de recursos não poderiam ir para eles. Eram do poder público, os possíveis ingressos de venda desses guindastes. Nós falávamos, muito sério, sobre isso e éramos taxados de caranguejos. Nós eramos aqueles que eram contrários ao desenvolvimento da cidade, mas queríamos discutir a concepção de revitalização, o que não foi possível, porque começou fraudado no certame licitatório. Onde impediram uma empresa de participar, porque não tinha R\$ 400 milhões em *cash*, mas a que ganhou também não tinha. E era um vício, nobre advogado, insanável. Não tinha como, era para anular, de plano, aquele processo. Só não foi anulado, como continuou o processo, e as pessoas que se encarregavam de falar bem daquela turma, dizendo que tudo vai sair, é uma questão de tempo, a Prefeitura é culpada, porque não libera as licenças e tal e tal. Deu no que deu: ação policial, PF, aqui e no Rio de Janeiro. Apreensões. Tem inclusive uma CPI em Palmas, no Tocantins, para ir atrás dos caras que pegaram dinheiro do regime próprio dos servidores; tem um outro em Macapá, no Amapá, que está preso. E nós éramos os caranguejos, aqueles que eram contra o desenvolvimento da cidade.

Nós queremos ainda discutir a concepção de revitalização. Como é que revitaliza? É com plano de negócios ou é se entendendo com a população, com a cidadania porto-alegrense? Eu quero que o poder público se entenda conosco, com o povo, para saber que tipo de empreendimento ele quer: é um *shopping* ao lado da Usina do Gasômetro? Um prédio de 30 andares próximo à rodoviária, do outro lado do muro? É botar abaixo o armazém 7? Essa é uma visão de revitalização? Não, gente, essa é uma visão de quem está com as costas para o rio, com as costas para o povo, interessado apenas em fazer um favor aos amigos. Já estamos na terceira ou quarta ou sucessão dessa empresa, e, bom, agora se abre o litígio, que era evitável se ouvissem os caranguejos; nós não estávamos dando discurso vazio, era fruto de pesquisas, estudos. Era impossível continuar com aquele

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Cais Mauá no Município de Porto Alegre

---

processo comandado por aquele tipo de gente, aquele perfil de pessoas encarregadas. E mudavam: “Esses aqui que entraram agora têm uma particularidade, entendem muito de processos quase impossíveis de ser realizados, eles vêm para fazer, quem sabe, uma mágica!” Ninguém fez mágica! Não existe mágica. Eu acho que nós temos que fazer, sim, deputados e vereadores, uma visita pública. Eu sou do Conselho Municipal do Planejamento Urbano e Ambiental, lá dentro já tem essa conversa, nós queremos estar juntos numa visita ao Cais Mauá para poder compreender como é que está aquela situação, o grau de deterioração que está, e vamos perguntar para quem representar o governo do Estado onde é que estão os guindastes, onde está o dinheiro da venda dos guindastes, e aí, quem sabe, a gente obtém alguma resposta, ou não. Mas eu acho que uma representação da Câmara, uma representação da Assembleia, o IAB, Ministério Público, TCE, a nossa região de planejamento 1, que é aqui do centro, tem que estar presente para fazer um grande debate. Espero que isso frutifique num grande debate e que não se virem de costas para nós para dizer novamente para dizer que o projeto Embarcadero é um início de um novo processo que, mesmo sem licença para funcionar, vai mostrar o quanto é importante abrimos as portas para a beira do rio. Achamos que sim, mas não é dessa forma. Era isso. (Palmas.)

**PRESIDENTE ANDRÉ CARÚS (MDB):** Muito obrigado. Quero saudar a chegada do colega Ver. Marcelo Sgarbossa.

O Sr. Silvio Jardim, representante da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – Agapan, está com a palavra.

**SR. SILVIO JARDIM:** Muito boa noite a todos e a todos; Ver. Carús, fico muito agradecido pelo convite publicamente feito para que nós viéssemos aqui nesta Casa, mais uma vez, conversar sobre este tema; na sua pessoa saúdo todos os integrantes da Mesa; gostaria, primeiro, de reafirmar algumas considerações que foram feitas aqui na Tribuna, Ver. Marcelo, com relação a um credenciamento que os movimentos sociais hoje demonstraram a partir da constatação material, fática do que há muitos anos vinham falando, afirmando perante o público: que esse projeto de revitalização do cais, da forma como foi concebido,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Cais Mauá no Município de Porto Alegre

---

não tinha futuro, seja pelas suas condições internas, engendradas na própria contratualização, seja pelo projeto em si.

Nós estamos aqui hoje, vamos dizer, satisfeitos, porque a prática, como critério da verdade, demonstrou que nós estávamos no caminho certo. Caranguejos, sim: andamos para um lado, andamos para outro, de vez em quando cavoucamos, mas nunca deixamos de buscar o caminho em frente, em relação àquilo que nós estávamos buscando, que era, primeiro, rescindir esse contrato, mandar para fora do Cais Mauá essa turma que estava lá que, em que boa parte – não quero generalizar – estava envolvida com corrupção, com malversação, com negociatas, enfim, e hoje o Judiciário, a Polícia Federal e todos estão confirmando nossa posição em relação a esse tema.

A segunda questão, com base nesse credenciamento, nós gostaríamos de ser convidados mais frequentemente para conversar sobre esses temas, porque as nossas organizações, as quais integramos, os que aqui falaram e outros que estão também presentes nessa luta, vêm travando esse debate a respeito das questões do Cais Mauá há muitos anos, têm uma concepção crítica a respeito daquela área, dos projetos e tem propostas para aquilo.

Nós defendemos um projeto horizontal, avesso a qualquer construção, digamos, vertical dos moldes que vêm sendo padronizados. Nós defendermos um projeto circular, em que aquele espaço seja aberto ao público, para que circule o maior número de pessoas possível; que seja um projeto integrado a todos os esforços que o município de Porto Alegre vem fazendo em relação à revitalização da sua orla. O Cais Mauá deve ser uma extensão da revitalização da orla; não deve mais comportar aquele ambiente de especulação imobiliária, com lavagem de dinheiro, com outros tipos de negócios que foram feitos ali e que nós gostaríamos que não fossem feitos na próxima modelagem, superintendente, que vem sendo feita por aí.

Agora, também nos preocupa, falando em modelagem... O governo do Estado busca modificar a poligonal do Cais Mauá, retirando o perfil portuário daquela região, trazendo de volta o patrimônio público; daí, vender e alienar aquilo ali, não se sabe para que finalidades, mas imaginamos que vai ser distante desse projeto de revitalização da orla. Então, nós gostaríamos de trazer também essa proposta.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Cais Mauá no Município de Porto Alegre

---

Porto Alegre, no que se refere à questão ambiental – e aquela área do Cais Mauá é bastante sensível a isso, seja pela questão da mobilidade, seja pela questão da qualidade do ar –, voltamos a dizer: não tem monitoramento do ar desde 2014, porque, se tivesse, hoje, todos nós estaríamos de cabelo em pé, especialmente em relação a essa área do Centro, que é a segunda área mais poluída de Porto Alegre, depois do bairro Humaitá. Porto Alegre derruba 3 mil árvores por ano, e Porto Alegre tem um déficit ambiental crescente na questão do seu meio ambiente. Enquanto nós vemos hoje noticiado, por exemplo, que Paris vai instituir 30 hectares, ou seja, 300 mil metros quadrados de área verde até 2020 e vai florestar com mais 20 mil mudas de árvores, enfim, qualificando a sua região, em Porto Alegre, nós vemos o caminho inverso – no arroio Espírito Santo, no Belvedere, no Arado, enfim, em toda aquela área verde. Hoje, a especulação imobiliária avança no rumo da Zona Sul de Porto Alegre, e isso nos traz grande preocupação.

Nós gostaríamos de trazer aqui também a proposta de que o debate em torno do novo projeto do Cais Mauá, em primeiro lugar, contemple essas características, que seja um projeto de integração à comunidade do Centro de Porto Alegre, porque essa revitalização da orla que foi feita ali no Gasômetro, em que pese todos os seus problemas, com bastante carência de área verde, demonstrou que aquela área contempla todos os aspectos: de lazer; de cultura; de negócio, também, para o pequeno comércio da cidade.

O patrimônio histórico e cultural de uma cidade é como um álbum de fotografia, vereador, da comunidade. Nós olhamos para os monumentos, olhamos para a nossa cultura preservada e vemos ali a nossa história, como olhamos para um álbum de fotografia da nossa família e dos nossos familiares. É isso que a gente quer para aquela área. Muito obrigado pela atenção, nós estamos aqui e nos colocamos à disposição para trabalhar junto com a Câmara Municipal em relação a um projeto que realmente atenda aos anseios de uma cidade humana, verde, comunitária. Muito obrigado.

**PRESIDENTE ANDRÉ CARÚS (MDB):** Muito obrigado, Sívlio. O Sr. Matheus da Silva Peixoto, estudante do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, *campus* Porto Alegre, está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Cais Mauá no Município de Porto Alegre

---

**SR. MATHEUS DA SILVA PEIXOTO:** Boa noite, gostaria de cumprimentar todos os presentes, da Mesa, do Plenário. Sou estudante de Gestão Ambiental do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Em 2016, na disciplina de avaliação de impacto ambiental, eu fiz um seminário sobre o Cais Mauá, em que estudei o Estudo de Impacto Ambiental, os quatro volumes, apresentei aos meus colegas e coloquei a minha posição, enquanto profissional, sobre os impactos ambientais, sociais e também sobre o empreendimento.

Em 2017, quando ocorreu a entrega da licença do Cais Mauá, eu estive lá, com uma placa escrita: “A cidade está à venda”. A RBS e alguns outros jornalistas fizeram uma reportagem comigo. Eu expliquei que eu era estudante de gestão ambiental, expliquei que eu tinha estudado o assunto, que eu conhecia os impactos, que eu não era contra a revitalização do Cais e, sim, contra esse modelo de privatização daquele espaço, e saiu na imprensa uma notícia com vários dados sobre a minha entrevista que estavam falhos. Também na ocasião, eu tinha comunicado algumas organizações, como os Amigos do Cais, perguntando se iriam até o local, mas eu não aguardei a resposta, eu mandei pelo Facebook, fui direto, não aguardei. Falei isso na reportagem, e isso não foi escrito. Então, eu peço desculpas a essas entidades sobre esse equívoco. Também não fiz a errada na época, mas foi isso que aconteceu e eu gostaria de deixar esclarecido.

Eu acredito que esse modelo de privatização do espaço público não favorece às pessoas se apropriarem do espaço, porque a cidade de Porto Alegre está se tornando cada vez mais violenta, porque as pessoas não estão andando na rua, as pessoas não estão indo aos parques durante a semana, estão se locomovendo muito de carro, e isso faz com que os ambientes fiquem vazios, que cada vez mais tenham mais carros, esse movimento vazio só traz a poluição. Nós temos que olhar o Cais Mauá como um espaço a ser revitalizado de forma que ele agregue sustentabilidade para aquele local, seja um espaço de promoção da educação ambiental, de valorização do lago Guaíba, para que, futuramente, nós possamos também ocupar aquele espaço com a cultura de Porto Alegre, uma cultura popular, com a arte, com a economia circular, com outros fatores que os que me antecederam aqui falaram de forma muito belíssima. Nós temos muito potencial sobre aquela área ali, nós temos que nos debruçar e lutar para que a cidade seja da população, para que esses modelos que querem verticalizar a cidade, que querem só visar o lucro, que eles não tenham espaço,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

principalmente nos espaços públicos, porque a cidade é nossa e nós temos que nos apropriar o quanto antes. Muito obrigado.

**PRESIDENTE ANDRÉ CARÚS (MDB):** O Deputado Estadual Sebastião Melo está com a palavra.

**SR. SEBASTIÃO MELO:** Meus amigos, primeiro, é muita alegria estar com vocês. Quero cumprimentar o Carús, pela iniciativa deste tema. Semana retrasada foi a questão da Mina Guaíba, que é outro tema de extrema relevância para o nosso Rio Grande e para nossa Cidade. Portanto, parabéns Carús, continue nesse diapasão, a política é a forma mais elevada de fazer o bem comum, por isso que nós estamos aqui. Em cinco minutos não se consegue discutir um tema como esse, então temos que realmente fazer uma ementa muito concisa e deixar algumas sugestões.

Eu fui era Presidente da Casa em 2008 e 2009, e essa matéria tramitou aqui. Se ela não foi votada enquanto era Presidente, ela foi votada logo em seguida. Mas é importante dizer o seguinte: esse é um projeto coordenado pelo governo do Estado. A governadora Yeda foi quem fez esse processo licitatório naquela época e, depois se passaram dois governos, Tarso Genro, José Ivo Sartori, e agora o Eduardo Leite. Coube a esta Casa dar o regime urbanístico, porque aquela área não tinha regime urbanístico. O que é regime urbanístico? É dizer o que pode fazer numa área. Foi trazido um pacote para esta Casa como a salvação da pátria, dizendo que ali era um projeto que daria sustentabilidade; agora, diga-se de passagem, eu sou testemunha disso, era Presidente da Casa, e o salão da presidência era ali, o projeto apresentado não foi o que foi aprovado depois. Então, tem aqui gato por lebre nesse processo. Está rompido. Eu chamo atenção, Ver. Carús, para duas coisas iniciais, porque, se isso não for enfrentado, parece que toda esta discussão vai ladeira abaixo. O governador, com a mão direita, rompeu o contrato. Ele podia fazer isso? Podia fazer isso. Tinha sustentação jurídica para isso? Tinha, mas, com a mão esquerda, ele deu um outro parecer, dizendo que empresa, sem licitação, a Estapar, que é uma empresa de grande estacionamento e a empresa que comanda o Planeta Atlântida, portanto, aquela será uma área de eventos, e eles querem quatro anos para explorarem os negócios. Eu não quero

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Cais Mauá no Município de Porto Alegre

---

nem ser contra ou ser a favor; agora eu quero entender esse negócio. Eu quero entender esse negócio, porque alguém foi excluído dessa forma. Por quê? Houve uma subcontratação do Cais Mauá, que eu não sei também se permitia ou não, eu não tenho esta extensão jurídica para dizer isso, mas esse negócio foi feito com a Cais Mauá do Brasil. Rompeu-se com a Cais Mauá, as licenças foram dadas pela Cais Mauá, então, o governo do Estado está encontrando aqui um puxadinho – não sei como – para dizer: “tira-se as licenças do Cais Mauá, mantém-se as licenças para o Cais Embarcadero, por essas empresas”. Este assunto precisa ser enfrentado para anteontem, sob pena... Eu quero dizer que eles estão preparados para, não sei se tinham começado as obras, mas estão preparadíssimos para começar a obra. Então, isso é fato número um.

Fato número dois, eu acho o seguinte: não tem como proteger aquilo que não existirá mais. É preciso urgentemente que o governo do Estado, em contrato emergencial, se ele pode conceder o Cais Embarcadero para ser explorado por quatro anos por algumas empresas, ele não pode, num processo emergencial, fazer uma manutenção mínima dos armazéns, para dizer: “Para aqui, senão eu não tenho mais o que preservar.” Então essas duas coisas são imediatas. Aí eu penso como vocês. Eu acho que a cidade é para as pessoas, a cidade não é para os carros, não é dos monumentos, não é dos viadutos, o que há de mais rico numa cidade são os seus espaços públicos. Aliás, vou repetir o que eu já disse como vereador, como vice-prefeito: eu acho que nós estamos atrasados nesta cidade. Eu espero, Carús, que vocês, vereadores, possam ter a oportunidade, na revisão do Plano Diretor, de criar um Plano Diretor exclusivo das áreas públicas, um Plano Diretor das áreas públicas da cidade de Porto Alegre, porque, se há uma coisa que é da maior importância para uma cidade são os espaços públicos, e a nossa cidade tem uma riqueza. Eu não sou baixo-astrol, nós temos coisas maravilhosas, talvez a gente não esteja sabendo aproveitar. Encerro dizendo que a palavra-chave é diálogo, governança, respeitar quem pensa diferente, construir, na divergência, a convergência, e fazer uma cidade para as pessoas. Muito obrigado.

**PRESIDENTE ANDRÉ CARÚS (MDB):** Muito obrigado, deputado Sebastião Melo. A propósito do tema dos espaços públicos, nós temos uma comissão especial, foi aprovada

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Cais Mauá no Município de Porto Alegre

---

a proposta pelo nosso mandato, deve ser instalada agora, até o final do mês de agosto, que vai tratar justamente, por dois ou três meses, que é o prazo do Regimento, dos prédios abandonados e espaços públicos ociosos em Porto Alegre. É uma excelente oportunidade que nós vamos ter de fazer uma reflexão e criar, quem sabe, um novo marco regulatório e dar uma destinação adequada para esses espaços.

Passo a palavra ao Sr. João Volino Corrêa, vice-presidente da Amacais.

**SR. JOÃO VOLINO CORRÊA:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Boa noite a todos que vieram aqui nesta noite chuvosa para debater um tema tão importante como é o tema do Cais Mauá. Eu inicio dizendo que nós nos conhecemos, deputado, vereadores, de muitas lutas importantes pela Cidade. Nós nos conhecemos, porque nós temos esse brio, essa vontade muito grande de fazer da participação popular, de fazer da luta pela defesa do patrimônio histórico, pela defesa do meio ambiente causas pelas quais a gente vai ter muito orgulho de, ao olhar para os nossos netos, ao olhar para os nossos filhos, dizer que nós lutamos muito bravamente pela cidade de Porto Alegre. Nós lutamos, muito bravamente, para preservar aquilo que eles nos emprestam, porque nós pegamos emprestado daqueles que vêm no futuro aquilo que lhes pertence. E uma cidade, ela não é apenas de ontem e de hoje, mas é, principalmente, uma cidade do amanhã, e este amanhã se constrói hoje e também se destrói hoje.

Nós tivemos aqui, em 2009, a aprovação, nesta Câmara, de um regime urbanístico especial para um plano de negócios - eu estava lá, eu assisti – e eu percebi que nós tínhamos colocado naquele processo uma chantagem. A chantagem de que ou se executava o projeto da forma como estava colocado no plano de negócios, com o *shopping*, com o estacionamento, com as torres, ou a cidade de Porto Alegre não teria o seu cais de volta. E essa chantagem foi embutida no discurso permanentemente de todos aqueles que olhavam para esse projeto e diziam: “Mas se não for isso, não vai ser nada; se não for esse projeto comercial, esse plano de negócios, nós não teremos o nosso cais de volta”. Mentira, porque eles também não queriam o cais; eles queriam especular, eles queriam, como todos nós vimos durante nove anos, aproveitarem-se de uma concessão, de uma área pública, de um ícone do patrimônio de Porto Alegre para se locupletar, para fazer dali um espaço

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Cais Mauá no Município de Porto Alegre

---

de negociatas. E nós, como bem lembrou o Fonseca, como dependemos e fomos taxados de caranguejos por muitos que olhavam e pensavam: “Mas esses daí são só do contra, esses daí nunca são a favor; esses aí são aqueles que, quando é para falar – ‘vamos fazer progresso’ -, eles dizem que não”. Não é verdade. O progresso não se constrói na base de mentira e nem na base de uma relação em que uma chantagem se impõe à população, para que ela aceite qualquer coisa para ter de volta aquele espaço.

O Cais Mauá, Ver. Carús, Dep. Sebastião Melo, se nós tivéssemos um registro, uma carteira de identidade, a foto dessa carteira seria o Cais Mauá. E essa foto tem que ser uma foto brilhante, linda, não tem que ser uma foto desfigurada, não tem que ser uma foto usurpada, não tem que ser um espaço onde nós não tenhamos condições de pelo menos opinar e de pelo menos questionar aquilo que se coloca como a salvação daquele local.

Então é muito bem-vindo esse debate, é muito bem-vindo nesta Casa em que se abre esse espaço de diálogo, e quero dizer mais: acho importante que os vereadores e vereadoras aqui se façam manifestar junto ao governo do Estado para que, com a sociedade, a gente construa um debate que realmente seja um debate para que a gente tenha de volta o nosso Cais. E, para quem ainda não viu, fica uma última mensagem. Tem um vídeo escracho no YouTube chamado de “Tubarões, bananas e lacaios”, onde nós, a Amacais, Cais Mauá de Todos, fizemos um deboche, porque só debochando, não tinha mais como falar sério com tanta falta de vergonha na cara, que nós vimos durante nove anos, para prometer uma falsa ilusão de progresso. Uma boa-noite.

**PRESIDENTE ANDRÉ CARÚS (MDB):** Obrigado, João. Passo a palavra ao Sr. Emílio Merino, que representa o Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

**SR. EMÍLIO MERINO:** Boa noite. Em nome do presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Tiago Holzmann, trago aqui as suas saudações especiais ao Ver. André Carús, em especial saúdo extensivamente o deputado Sebastião Melo. Ontem estivemos prestigiando o evento que você montou na Assembleia Legislativa, e realmente a gente vê que existem grandes esforços dos cidadãos, grandes coisas que Porto Alegre precisa fazer, cada um no seu campo, cada um contribuindo para esse progresso que Porto Alegre

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

precisa. Saúdo a deputada Sofia Cavedon, extensivo ao Ver. Marcelo Sgarbossa, por estar presente neste momento. O que tem a dizer, neste momento, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo é que, realmente, passaram-se nove ou dez anos desde que começaram a gritar os coxinhas e começaram a gritar os caranguejos. E esse eterno debate entre coxinhas e caranguejos permeiam todos estes nove ou dez anos que tivemos e se polarizou realmente o discurso e com uma mídia muito imponente, muito forte para tratar esses temas nesse sentido. Portanto, acredito que o dia de hoje, depois de todos esses anos, acabam com essa rescisão do contrato. O engenheiro Garcia mencionou os sete pontos que tem a ver com essa rescisão contratual. Esses sete pontos, realmente, já foram abordados, já foram discutidos, já foram ditos por Amacais e, neste caso, foi um dos organismos, foi um dos elementos importantes que motivou toda essa fase de discussão. Acredita-se que se não existisse a Amacais, eu acho que estaria construído o Cais Mauá tal como está neste momento. Então, parabéns a vocês que fizeram todo esse tipo de citação.

Eu simplesmente vou resgatar uma conversa que não foi pública, porque não era para ser pública, pelos menos tem autos da promotoria do Estado. A promotoria do Estado me chamou especificamente, depois de alguns debates que a gente teve aqui, especificamente na Câmara de Vereadores, e eu disse: “eu não fiz nada, senhores”. Calma, o que acontece é que tu és muito técnico e não queremos coxinhas e não queremos caranguejos aqui. É difícil, porque em algum momento tu tens que te posicionar. Então queriam uma versão do que tecnicamente faria esse projeto e fiz entender, aos seis promotores que neste momento estavam na sala escutando o que eu falava, que ninguém dos técnicos é contra o projeto, mas a forma como se está fazendo esse projeto e as atividades que estão colocando isso que realmente faz com que esse projeto não seja a cara postal de Porto Alegre. Então eu mencionei, como conselheiro CMDUA e como parte do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, que os impactos que se produzem nessa zona são muito altos. Eu acho que são bem poucos, Marcelo, os que focaram na parte de trânsito. Sebastião Melo, das 12 intersecções apresentadas por consultor em estudo EIA-RIMA, nove apresentavam problemas gravíssimos, dito pelo próprio consultor que fez esse estudo de EIA-RIMA, gravíssimo dizendo: não podemos fazer nada aqui, senhores. E assim se continuou o projeto. Isso que ele decide aqui em nossa casa, em Porto Alegre, e não no CMDUA,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

especificamente, não existe projeto – isso, vivenciamos os conselheiros – não existe projeto que não se possa realizar, porque tudo isso é à base voto vencido. Então, não existe essa parte de dizer este projeto, por todos os impactos ambientais, não pode ser construído. E assim foi feito a parte como se demonstram essa questão de parte ambiental. Então, os estudos da Cauge e todas as partes de estudos da Prefeitura não levaram a nada, praticamente algo que se levantou fortemente foi essas compensações que se deveriam fazer, essas compensações econômicas, econômicas! Ou seja, engenheiro que deveria fazer, mas a Prefeitura de Porto Alegre onde estaria redistribuída esse tipo de coisa. Então, tudo isso menciono porque Porto Alegre precisa ser diferente.

Para finalizar, recolho a palavra do Sebastião Melo. Eu acho que todo mundo está pensando, Sebastião, Marcelo, o próprio Nagelstein, todo mundo está com essa visão de uma cidade para pessoas, uma cidade para todos, uma cidade inclusiva. E para todos os políticos, porque essa é uma mudança cultural que devemos fazer para isso.

Sebastião, se semeias carros, colherás carros. Isso quer dizer que esse projeto Embarcadero está semeando mais de 1.600 vagas de estacionamento em uma área sensível para a cidade! Aquilo que vão colher, serão carros, e ninguém fala nada disso! Os impactos urbanísticos que se produzem, os impactos na mobilidade que se produzem, isso é praticamente brutal, e ninguém fala nada disso, ninguém está dizendo nada sobre isso. E isso é o que trago para os senhores, que são da parte política, que são da parte legislativa, façam notar ao nosso Prefeito que essa parte é fundamental para levar este tipo de situação. Espero que realmente a gente possa – coloco aqui as palavras de meu presidente, Tiago Holzmann, nesse sentido de que o caos se predispõe ser um ente articulador dessas coisas de discussão, especificamente para poder, tecnicamente, encontrar uma boa solução. E olho com esse projeto Cais Embarcadero, olho do ponto de vista dos impactos que se vão produzir sem outros, que realmente, são difíceis de quantificar aqui, neste momento. Obrigado.

**PRESIDENTE ANDRÉ CARÚS (MDB):** Obrigado, Merino. Nós temos agora a manifestação do último inscrito, Sr. Ivo Krauspenhauer, do Movimento Menino Deus Sustentável.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

**SR. IVO KRAUSPENHAUER:** Muito obrigado. Boa noite a todos, quero saudar a iniciativa brilhante do nosso Ver. André, quero também saudar o nosso deputado Sebastião Melo, o Ver. Marcelo Sgarbossa, que é um grande lutador também da Cidade, e os nossos amigos aqui presentes, os quais vêm de longas lutas. Nós estamos vivendo um tempo em que parecia que não precisávamos mais lutar. Parece que tudo que nós conquistamos, ao longo desses anos, estamos precisando retomar novamente: a questão ambiental, a questão social, direitos trabalhistas. Então, quero dizer o seguinte: eu venho aqui na tribuna – eu nem iria vir – por uma questão de indignação. Meu pai me trouxe a Porto Alegre em 1953, e a primeira coisa que ele fez foi me levar ao Cais do Porto, era o lugar mais prestigiado, mais valorizado da Cidade, porque ali tinham navios de todas as nações, e a gente tinha acesso, podíamos visitar. Depois, a gente ia ao Mercado Público comer um bom peixe. Parece que nós perdemos essa alma de Porto Alegre. Nós realmente perdemos. Então, a gente traz aqui uma indignação com o que fizeram com a nossa Cidade, e principalmente com o nosso Porto, onde está sendo escondido hoje o nosso maravilhoso Guaíba. Esse projeto, imaginem, são dez anos de pessoas indo e vindo. Eu me lembro do Sr. Tutikian, que era poderoso, acho que era o homem que sabia tudo, vinha, ia e dizia: “Não, esse projeto tem que ser aprovado, tem que ser feito”. Olha, aí a gente fica indignado com essas coisas que o setor público fica fazendo, às vezes, por baixo dos panos. Não sei, como é que a cidade ficou assim? Como é que esse porto ficou assim? Alguém fez, alguém tem que ser responsabilizado por não ter feito o projeto correto, não ter feito o acompanhamento. Diz o Sr. José Fernandes que desapareceram patrimônios lá, guindastes e outros artigos do patrimônio histórico do porto. Então, nós não podemos nos conformar com isso. Nós somos do movimento sustentável e nós estamos lutando ali há mais de 10 anos, o Sebastião Melo sabe do nosso trabalho, o Sgarbossa também. É o momento da sociedade civil realmente tomar uma postura de participar e não vir um projeto não sei de onde, com grandes promessas, um projeto faraônico, com aquelas torres que ninguém queria, aqueles estacionamentos, aquele shopping que ia ser feito lá no Gasômetro. Nós não precisamos disso aí, já temos shoppings demais na cidade. Eu quero dizer isso, infelizmente, chegamos a uma estaca zero depois de tantos anos. Estamos começando do zero, não é isso, vereador? Acho que agora é juntar as nossas

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

forças, juntar a sociedade civil. E não precisa ser grandes representantes, eu, por exemplo, não sou ninguém no meu bairro, mas faço um trabalho importante lá, nós fizemos, temos outros parceiros lá. Nós conseguimos revitalizar um bom pedaço do nosso bairro, arborizando, temos lá plantadas mais de mil árvores, estamos sustentando duas escolas que estão precisando de uma ajuda, porque o Estado não está investindo nada na educação. É questão de revitalizar, de manter a própria escola. É o caso do cais, pô, é um patrimônio histórico! Eu tenho saudades, realmente, vai quase completar 100 anos, eu conheci Porto Alegre porque era uma cidade de luxo, tinha um transporte coletivo maravilhoso. A gente pegava o bonde e ia para todos os bairros que precisava ir. Era maravilhosa a cidade Porto Alegre. E o que fizeram? Acho que foi falta de participação da sociedade civil na elaboração de projetos. Aí vem a questão: que cidade nós queremos? Que tipo de cidade é bom para nós? Muita gente está querendo ir embora daqui, não aguenta mais Porto Alegre, eu conheço muita gente: está indo para praia, está indo para o norte, está indo para o Uruguai – até para o Uruguai, imagina –, para Santa Catarina! Santa Catarina era um estado pejorativo, até um tempo atrás, e hoje é um modelo. Por que nós não podemos ser melhores? Podemos ser melhores. Podemos sim! Faço esse apelo ao nosso Deputado Sebastião, ao nosso Vereador André, a todos os vereadores, ao Ver. Sgarbossa – eu sei que a luta dele é pela qualidade de vida da cidade, é importante. Então, nós nos juntamos a essa proposta, de fazer uma visita imediatamente, para ver em que condições está o porto, porque em 10 anos muita coisa se perde. A destruição natural, a decadência natural é uma coisa, a gente sabe pela casa da gente, se a gente não cuida todo dia, as coisas vão se deteriorando. Nós nos comprometemos com vocês, o Movimento Menino Deus tem um trabalho importante, temos nosso companheiro Barros, que sempre está na luta conosco, temos diversos projetos, a questão do CETE, a questão do Infante, nós estamos juntos. Muito obrigado.

**PRESIDENTE ANDRÉ CARUS (MDB):** Obrigado, Sr. Ivo. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Boa noite a todos e todas. Peço desculpas pelo atraso, estava num trabalho numa comunidade da Lomba do Pinheiro, porque eu acho que nós temos que direcionar nossos esforços para toda a cidade, no olho a olho.

Primeiro, Carús, Melo, Garcia, Merino, temos vários vereadores representados aqui, quero parabenizar a Amacais pela iniciativa, e acho que a minha fala aqui é mais por um reconhecimento. O Merino e outros aqui falaram dos caranguejos, e eu fiquei acompanhando se alguém ia chamar o governador Eduardo Leite de caranguejo, quando ele rompeu o contrato, porque, quando nós entramos com ação popular, dizendo justamente isso: que o consórcio não apresentava as garantias exigidas no edital. As garantias bancárias, uma instituição financeira sólida, ou seja, nem quero falar mal aqui do consórcio que mudou tantas vezes, fomos chamados de caranguejos. E aí, como disse o João Volino, aqui, o debate fica refém sempre. “Ah, se vocês querem usar o cais, tem que ser desse jeito.” E aí, infelizmente, ganha audiência esse tema, porque aí, mesmo as pessoas que não estão posicionadas nem de um lado nem de outro, nesse caso aqui não tem lado, não deveria ter, todos querem usar o cais. Acabam dizendo: “Olha, eu até concordo contigo, mas, pelo jeito, o único jeito de viabilizar o negócio é se tiver ali um *shopping*, torres, estacionamento para dois ou três mil carros... Não é assim, não é assim. Eu vou tomar a liberdade aqui de... Pode ser muito simplório, mas o que que está em jogo? Primeiro, se o consórcio demandar o Estado pelo rompimento de contrato, um dos temas, infelizmente é difícil de quantificar isso, é cobrar desse consórcio o tempo que ele privou a cidade de usufruir aquele espaço. Esse seria um tema interessante, já que vocês querem cobrar o Estado, agora nós queremos cobrar vocês por terem, pela confusão de vocês, não terem permitido o uso. Para tornar uma imagem mais clara: usar o cais significa ter segurança, eu não quero que desabe alguma coisa na cabeça de ninguém, e tenha uma proteção para que as pessoas não caiam dentro do Guaíba. Tirando isso, e eu não sei o quanto precisa para que isso seja viabilizado, no mais, é permitir que as pessoas possam utilizar o espaço. E aí eu fico imaginando se não é possível reproduzir uma espécie de Brique da Redenção dentro do cais. Ou seja, com artistas de rua, com espaço de artesanato, ou seja, nós precisamos de grandes obras para utilizar o cais.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

Então eu faço essa provocação, porque também acredito que o governador Leite - é com o governo do Estado que está a bola -, acho que valeria a pena, me parece que ele é uma pessoa que tem uma trajetória política de escuta da população. E, que essa militância, essa energia que está aqui na audiência de hoje, que mostra o quão perseverante são, e o quanto aguerrido são para um futuro de uma cidade que, como o João Volino colocou, a gente que aproveitar agora, mas sabe que o que nós estamos fazendo agora trará impactos para o futuro. Que a gente consiga sair, falam tão mal da grenalização, o tema da orla do espaço que foi entregue para a cidade, nós fizemos críticas mesmo em alguns pontos da orla que está aí, e a primeira coisa que se diz é: “Mas eu te vi ali Marcelo. Então tu não vais poder ir porque fizeste a crítica”. Numa cidade democrática, eu posso criticar e posso usufruir desses espaços. Então fica aqui, Carús, acho que uma é uma iniciativa. O Merino estava me perguntando se seria o caso de uma frente parlamentar em relação ao cais, porque realmente nós não precisamos de uma de uma concepção que tenha que ter um plano de negócios para se poder utilizar. A gente pode utilizá-lo rapidamente. Eu acho que a ideia Embarcadero já é uma ideia de se fazer o mais simples para fazer logo. Eu discordo de como está sendo proposto, de ter estacionamento; mas é dentro dessa lógica, ou seja, mais simples para utilizar logo. Então fica aqui uma iniciativa. Nós podemos propor – a Sofia estava aqui também, é parceira, acompanha o tema já há bastante tempo –, não sei se é necessário ser os vereadores em primeira pessoa, eu sempre acho que o protagonismo tem que ser de a sociedade, procurar o governador, procurar o governo do Estado e propor uma alternativa simples. Eu acho que ele terá inclusive grandes políticos se ele conseguir, até o mesmo Marchezan, facultar o acesso e o desfrute do cais já, ou daqui a alguns meses. Então fica essa provocação como uma iniciativa que pode ser tomada por todos nós. Obrigado.

**VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB):** Obrigado, Ver. Marcelo. Eu vou passar, a pedido aqui do engenheiro Carlos Garcia, para novas considerações e depois vamos para os encaminhamentos com base nas manifestações que foram feitas.

O Sr. Carlos Eduardo Garcia está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

**SR. CARLOS EDUARDO GARCIA:** Muito pontualmente e numa posição proativa nessa discussão, eu gostaria de fazer três pequenas observações que não têm a intenção de levantar debate, nem de rebater nenhum dos argumentos aqui apresentados, apenas possibilitar uma racionalidade objetiva sobre essa questão que, sem dúvida nenhuma, nos próximos tempos, vai repercutir e vai ser batida. A primeira questão, eu vou começar do pequeno para o maior, sobre os guindastes que estavam no cais e foram desmontados, era uma incumbência do contratante, do arrendante; e não da Cais Mauá. Por isso que, ao serem desmanchados... O pessoal pode ter até procurado nos balanços, mas era incumbência do Estado do Rio Grande do Sul retirar os próprios que não estavam no contrato; isso está nos balanços da superintendência.

A modelagem do futuro voltou à estaca zero, não voltou à estaca zero? Isso é uma coisa que está incerta. Não se sabe, até o presente momento, se vai haver o aproveitamento do projeto do arquiteto Jaime Lerner de antes da licitação - ou seja, do período anterior a 2010 -, ou se vai ser feita toda uma nova reestruturação urbanística e exploratória. Nesta data, esse trabalho está a cargo - e aí eu acho que todas as autoridades podem tentar contato com esse pessoal - é da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

E o terceiro esclarecimento é um pouco ideológico, mas um pouco ideológico do ponto de vista do burocrata, e eu sou, na verdade, um burocrata com carteira assinada. A grave negligência nem sempre é negligência; pode ser grave, mas nem sempre é negligência. Existe um rito, existe uma necessidade de ofício de se trilharem os caminhos processuais completos, sob pena de responsabilização. Então, qualquer secretaria municipal ou qualquer secretaria estadual que se omitir numa etapa, mesmo que o assunto seja absolutamente absurdo, eles não podem se omitir. Porque quem bota nome no assunto é o governante, e se o assunto encontrar legalidade ele prospera - pode ser absurdo, mas ele prospera - e ao funcionário público ou às autoridades não cabe derrubar uma coisa que está posta, uma política que está encaminhada. Agora, sim, passam desmandos, mas esses desmandos passam porque a nossa legislação - e este é o momento em que eu falo da minha ideologia de burocrata, aqui é o lugar da legislação. A nossa legislação precisa

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

ser revista, porque, se existe tanto acidente na administração pública do Brasil é porque a legislação deixa espaço para essas coisas. Muito obrigado.

**PRESIDENTE ANDRÉ CARÚS (MDB):** Gostaria de agradecer a presença de todos, não apenas daqueles que se manifestaram, mas também dos que estão participando dessa audiência, as entidades, os cidadãos e cidadãs.

As condições climáticas, hoje, não nos favoreceram muito, mas quem está aqui representa a qualidade desse debate que nós precisamos. Acho que vamos tirar daqui encaminhamentos importantes para avançarmos.

Quero agradecer à Mesa, ao Eng.º Carlos Garcia, ao Dep. Sebastião Melo, ao Ver. Sgarbossa, ao Emílio Merino, do CAU, à Dep. Sofia, que esteve conosco, e aos representantes do gabinete da Ver. Lourdes Sprenger, o Glei Soares, do gabinete do Ver. Roberto Robaina e do gabinete da Ver. Karen Santos.

Nós temos uma oportunidade, diante do que está colocado, de começar de novo, mas há algo atravessado nesse começar de novo, e o Dep. Sebastião Melo fez uma referência importante, que é esse projeto da Estapar, o Embarcadero, que tem uma enorme interrogação no seu entorno. E ele não tem sido colocado no conhecimento, no debate público, talvez porque tenha lá suas contradições e não está inserido no contexto da revitalização do Cais Mauá, como deve ser feito, de forma a incentivar a fruição, a promover a sustentabilidade, a educação ambiental, a convivência harmônica, a convivência com o lago Guaíba.

O encaminhamento principal, que foi uma sugestão da Ver. Sofia, é que seja agendada uma visita a área do Cais. A proposta é reunir a Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa, as entidades interessadas e que militam no tema e a população, para fazermos, organizadamente, uma visita, solicitando o acesso ao governo do Estado, para conhecer, *in loco*, as condições. Segundo, uma audiência, com base nas últimas informações que foram trazidas pelo Eng.º Carlos Garcia, com a Secretaria de Governança e Gestão Estratégica do Rio Grande do Sul, que, hoje, nos foi informado que está na coordenação deste processo. Então uma audiência com representações das entidades e dos órgãos públicos que aqui compareceram, e outros que não compareceram, mas justificaram as

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Caís Mauá no Município de Porto Alegre

---

suas ausências, nós temos que solicitar essa audiência. É o secretário Gastal, a Isabel é a adjunta, nós vamos fazer uma solicitação formal dessa audiência, vamos encaminhar esta ata também, para que nos recebam e nos esclareçam quais são os próximos passos. Nós vamos exercer um papel de controle social e de fiscalização, que é inerente ao Poder Legislativo Municipal e também ao Estadual. Um terceiro ponto eu acho que é de extrema importância, e nós já temos visto isso também no acesso à orla, ao trecho 1 da orla revitalizado. Não existe nós termos um estacionamento para 1.600 vagas num projeto paliativo de ocupação do Cais Mauá, se não há uma consideração no impacto da mobilidade. Eu não vi uma campanha do poder público local que incentive as pessoas a irem no trecho 1 da orla a pé – hoje é dia do pedestre, inclusive –, de bicicleta, ou aproveitando inclusive o transporte coletivo. Ninguém incentivou isso, em lugar nenhum, nem a empresa que adota a área, porque para eles interessa que usem o carro, tampouco o poder público municipal. Se ali já tem um impacto considerável da mobilidade das pessoas que ocupam o trecho 1, imaginem num estacionamento. Tem pessoas que não vão utilizar estacionamento apenas para se divertir no Embarcadero, vão utilizar o estacionamento como estacionamento, para ir ao centro da cidade, e isso vale não só para os finais de semana, mas também para os dias úteis. Isso é subutilizar, subaproveitar uma área do cais. Então, isso é uma coisa que nós também podemos e vamos questionar preliminarmente, pode-se dizer assim, a EPTC, ainda que esse projeto não tenha sido remetido oficialmente para o poder público municipal, mas a EPTC pode fazer, sim, preliminarmente, uma manifestação de qual seria o impacto. Cidades do mundo inteiro proíbem a circulação de veículos pesados e até veículos de passeio, em alguns casos, nas suas áreas centrais. Nós andamos na contramão, nós incentivamos e promovemos cada vez mais poluição do ar, foi dito aqui nesse ano... Aliás, a campanha lançada no Dia Mundial do Meio Ambiente pela ONU é uma campanha de combate à poluição do ar. Nós aqui da Câmara Municipal, e falo também como presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM, nós lançamos a nossa Semana do Meio Ambiente lá na Praça Princesa Isabel, no bairro Azenha, para fazer uma homenagem à incompetência, pois lá há uma estação de monitoramento da qualidade do ar que não funciona, desde 2010, por isso fizemos questão de lançar a campanha lá. Acho que é um verdadeiro contrassenso: se nós falamos em

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
006ª Audiência Pública 08AGO2019  
Pauta: Debater sobre a situação do Cais Mauá no Município de Porto Alegre

---

idades para as pessoas, cidades mais humanas, inclusivas e sustentáveis, isso não fecha no conceito.

Quero aqui deixar três encaminhamentos. Visita na área do Cais Mauá: vamos solicitar o acesso à área, antecedida de audiência na Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, vamos pedir que a Superintendência dos Portos nos acompanhe – se for possível, é importante. E vamos fazer um debate mais profundo dos impactos, se vai haver consideração das questões ambientais que Agapan colocou com muita propriedade aqui, se nós vamos ver esse impacto tão severo da mobilidade, como foi trazido pelo CAU, enfim. E uma coisa importante, na minha opinião: se nós vamos começar de novo, as licenças que foram emitidas até agora já perderam a validade, a licença de instalação sobre o projeto já perdeu a validade, porque o projeto não vai ser mais o mesmo. Qualquer um que atua nessa área, tecnicamente e socialmente, sabe que a LI do projeto não vale mais. Então vamos começar de novo, claro, não desejando morosidade, muito menos mais nove anos de espera por algo que não vai ocorrer!

Eu quero renovar o cumprimento pela presença de todos, acho que esses três encaminhamentos são importantes, nós já vamos dar andamento a partir de amanhã, solicitando a audiência, a visita, e também vamos estudar o aprofundamento desse debate, Marcelo, qual será a forma: se por meio de uma frente parlamentar, se por meio de reuniões públicas, vamos estudar em conjunto, até chamando outros vereadores para participar e aprofundarmos esse começar de novo, que vai resultar em uma revitalização participativa do Cais Mauá, que eu acho que é o que todos nós queremos. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente audiência pública.

(Encerra-se a reunião às 20h48min.)